



**ILUSTRÍSSIMA SENHORA PREGOEIRA ALEXANDRA LACERDA FERREIRA E DOUTOS MEMBROS INTEGRANTES DA EQUIPE DE APOIO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA.**

Ref. Pregão Eletrônico nº 20/2020

**LCSTECH COMERCIAL LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 06.133.353/0001-46, com endereço na Av. Portugal, 1740, Conjunto 12, Sala 01, Santa Cruz do José Jacques, Ribeirão Preto - SP, CEP 14.020-733, doravante denominada Recorrente, comparece respeitosamente à presença de Vossas Senhorias, por intermédio de seu representante legal que ao final subscreve, com fulcro no art. 44 do Decreto nº 10.024 de 20/09/2019 e no item 11.2.3. do Edital que rege o certame, interpor

### **RECURSO ADMINISTRATIVO**

Em face da decisão que considerou vencedora do certame a empresa ACECO TI LTDA., doravante denominada Recorrida, pelos fatos e fundamentos que a seguir passa a expor, fundamentar e comprovar, para ao final requerer:

#### **I – DOS FATOS**

O Ministério da Justiça e Segurança Pública está realizando o Pregão Eletrônico nº 20/2020 cujo objeto consiste na: *“escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de serviços de tecnologia da informação e comunicação de empresa especializada no fornecimento e instalação de Solução para Ambiente de Alta Disponibilidade para Sistemas Críticos, composta pela Sala Cofre certificada conforme a norma ABNT NBR 15.247, Sala de UPS, Grupos Geradores, Sala de Telecom e Sala NOC, que atendam às necessidades de proteção física das infraestruturas e sistemas críticos de Tecnologia da Informação e Comunicações para atendimento das necessidades do Ministério da Justiça e Segurança Pública”*.

A sessão pública de abertura das propostas foi realizada no dia 11/09/2020, ocorrendo na mesma data a fase de lances, tendo a empresa ACECO TI LTDA sido classificada em primeiro lugar e posteriormente declarada vencedora do certame, concorrendo com as seguintes empresas conforme ordem de classificação constante da tabela abaixo:



Ordem de Classificação	Licitante	Valor do Lance Final
1º	ACECO TI LTDA.	6.693.198,00
2º	LCSTECH COMERCIAL LTDA	6.737.000,00
3º	DATA CRITICAL TI TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA	7.704.907,02
4º	EXECUTAR ENERGIA E SERVICOS EIRELI	7.711.471,02

Entretanto, conforme se passará a demonstrar a decisão proferida não se atentou ao fato de que a empresa Recorrida não comprovou o atendimento aos requisitos de qualificação econômico-financeira exigidos no Edital conforme registrada intenção de recurso no momento oportuno e restará demonstrado abaixo de forma clara e objetiva.

## **II) DESCUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA PREVISTOS NO SUBITEM 9.10.2. DO EDITAL**

### **II.1) DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO PERTINENTE, DEVERIA TER SIDO APRESENTADO O COMPROVANTE DE PUBLICAÇÃO NA IMPRENSA OFICIAL DO BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE FORMA A CONFERIR-LHE EFICÁCIA.**

Antes de adentrarmos ao cerne da questão objeto do presente recurso, faz-se necessário trazer ao contexto alguns esclarecimentos que trazem repercussões na validade jurídica dos documentos apresentados na presente licitação, bem como dos que deveriam ter sido apresentados, mas não foram.

Considerando que ambas empresas atuam no mesmo ramo de produtos/serviços, com certa frequência acompanham as documentações enviadas por seus concorrentes nos processos licitatórios de produtos relativos à sua área de atuação.

Em consulta aos documentos apresentados pela empresa Aceco quando participou do Pregão Eletrônico nº 04/2020 realizado aos 11/05/2020 promovido pelo CITEEx – Centro Integrado de Telemática do Exército, UASG nº 160091 foi apresentada Alteração do Contrato Social por meio do qual a referida empresa realizou a transformação do seu tipo societário passando de Sociedade por Ações para uma Sociedade Limitada.

Tal Alteração do Contrato Social foi registrada na Junta Comercial aos 28/02/2020.

Decorrencia lógica de tal constatação é que até a data de deferimento da transformação do tipo societário na Junta Comercial, a empresa ACECO ainda se enquadrava como uma Sociedade por Ações, estando sujeita às regras aplicáveis a tais empresas, devendo obedecer portanto à Lei 6.404/76.

Só por isso já se é capaz identificar erro material no Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis apresentados pela Recorrida no certame, haja vista que consta do Termo de Abertura e Encerramento as seguintes informações:



TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO	
Entidade:	ACECO TI LTDA
Período da Escrituração:	01/05/2019 a 31/12/2019
Número de Ordem do Livro:	24
CNPJ:	43.209.436/0001-06

(grifo nosso)

TERMO DE ENCERRAMENTO	
Nome Empresarial	ACECO TI LTDA
Natureza do Livro	1
Número de ordem	24
Quantidade total de linhas do arquivo digital	410000
Data de início	01/05/2019
Data de término	31/12/2019

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 9B.19.E1.1A.F1.3F.6D.13.82.26.07.B0.90.1B.FC.42.4E.1F.D5.0E-8, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

(grifos nossos)

Alguns pontos merecem destaque:

Conforme Termo de Encerramento o período da escrituração contábil encerrou-se aos 31/12/2019.

Considerando que conforme pacificado na doutrina, o balanço patrimonial é uma demonstração contábil que tem, por finalidade, apresentar a posição contábil, financeira e econômica de uma entidade em determinada data, representando uma posição estática (posição ou situação do patrimônio em determinada data) no presente caso, como exposto no Termo de Encerramento os valores constantes do documento eram os valores existentes na Sociedade em 31/12/2019.

Ocorre que em 31/12/2019 embora conste das Demonstrações Contábeis o nome empresarial ACECO TI LTDA, a empresa ainda estava registrada no Registro Público de Empresas Mercantis como uma Sociedade por Ações, sendo que sua transformação em uma Sociedade Limitada somente se concretizou com o deferimento do documento na Junta Comercial.

Nesse sentido, embora conste Ata de Assembléia Geral Extraordinária datada de 09/12/2019, tal documento só foi levado à registro posteriormente, sendo que somente em 28/02/2020 o mesmo foi deferido pela Junta Comercial do Estado de São Paulo, estando, portanto, apto a produzir seus efeitos jurídicos.



DUCESP  
28 02 20

à Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 09 de dezembro de 2019 da  
ACECO TI S.A.

**CONTRATO SOCIAL POR TRANSFORMAÇÃO DO TIPO SOCIETÁRIO DE  
SOCIEDADE POR AÇÕES EM SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA DA  
ACECO TI LTDA.**

(documento disponível para consulta pública no site:  
[http://comprasnet.gov.br/livre/Pregao/ata2.asp?co\\_no\\_uasg=160091&numprp=42020&f\\_lstSrp=&f\\_Uf=&f\\_numPrp=42020&f\\_codUasg=160091&f\\_tpPregao=E&f\\_lstICMS=&f\\_dtAberturaIni=&f\\_dtAberturaFim=#160091-42020-1](http://comprasnet.gov.br/livre/Pregao/ata2.asp?co_no_uasg=160091&numprp=42020&f_lstSrp=&f_Uf=&f_numPrp=42020&f_codUasg=160091&f_tpPregao=E&f_lstICMS=&f_dtAberturaIni=&f_dtAberturaFim=#160091-42020-1)

Clicar em Anexos de Proposta/Habilitação constando na antepenúltima linha a documentação de habilitação então apresentada pela empresa Recorrida naquele certame.

acesso em 17/09/2020 às 12:10 hs.)

Diante de tal constatação, resta cristalino que até a data de 28/02/2020, ou seja, antes do deferimento pela Junta Comercial da referida transformação do tipo societário, a empresa Recorrida adotava indiscutivelmente o tipo societário de sociedade por ações e, portanto, estava sujeita às disposições estabelecidas pela Lei 6.404/76 que dispõe sobre estas Sociedades.

Sobre a matéria é clara a legislação

De conhecimento de tais fatos, faz-se necessária uma leitura atenta das exigências constantes do Edital de licitação que em seu item 9.10.2. assim estabeleceu:

**9.10. Qualificação Econômico-Financeira:**

9.10.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

Tal redação se refere à transcrição da exigência legal contida no art. 31, I da Lei 8.666/93 abaixo transcrito:

*Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a:*

*I - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e **apresentados na forma da lei**, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua*



*substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta; (grifo nosso)*

Considerando que na data de fechamento do Balanço Patrimonial e de Elaboração das Demonstrações Financeiras, 31/12/2019, a empresa Recorrida era uma Sociedade por Ações, esta estava obrigada a proceder com a publicação de suas demonstrações financeiras, em atendimento ao que estabelece o art. 133, § 3º cumulado com o artigo 289 da Lei 6.404/76 abaixo transcritos:

*Art. 133. Os administradores devem comunicar, até 1 (um) mês antes da data marcada para a realização da assembléia-geral ordinária, por anúncios publicados na forma prevista no artigo 124, que se acham à disposição dos acionistas:*

*(...)*

*II - a cópia das demonstrações financeiras;*

*III - o parecer dos auditores independentes, se houver.*

*(...)*

*§ 3º Os documentos referidos neste artigo, à exceção dos constantes dos incisos IV e V, serão publicados até 5 (cinco) dias, pelo menos, antes da data marcada para a realização da assembléia-geral.*

## **CAPÍTULO XXV**

### **Disposições Gerais**

*Art. 289. As publicações ordenadas pela presente Lei **serão feitas no órgão oficial** da União ou do Estado ou do Distrito Federal, conforme o lugar em que esteja situada a sede da companhia, **e em outro jornal de grande circulação** editado na localidade em que está situada a sede da companhia. (grifo nosso)*

Deste modo, considerando a exigência legal e editalícia de que a qualificação econômico-financeira seria comprovada mediante a apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis **apresentados na forma da lei, a empresa deveria ter apresentado além dos documentos juntados no processo licitatório, as respectivas publicações no Diário Oficial competente e em jornal de grande circulação por força de expressa exigência legal constante dos arts. 133, § 3º e 289 da Lei 6.404/76.**

O art. 220 também da Lei 6.404/76 estabelece que:

### **SEÇÃO I**



## Transformação

### Conceito e Forma

Art. 220. A transformação é a operação pela qual a sociedade passa, independentemente de dissolução e liquidação, de um tipo para outro.

Parágrafo único. **A transformação obedecerá aos preceitos que regulam a constituição e o registro do tipo a ser adotado pela sociedade.**

Nesse sentido, considerando que a transformação obedecerá aos preceitos que regulam a constituição e o registro do tipo societário a ser adotado pela sociedade e, passando a Sociedade a adotar o tipo societário de uma Sociedade Limitada, esta passou a ser regulada pela Lei 10.406/02 (Novo Código Civil) que em seu art. 998 assim estabelece:

### CAPÍTULO I Do Registro

Art. 1.150. O empresário e a sociedade empresária vinculam-se ao Registro Público de Empresas Mercantis a cargo das Juntas Comerciais, e a sociedade simples ao Registro Civil das Pessoas Jurídicas, o qual deverá obedecer às normas fixadas para aquele registro, se a sociedade simples adotar um dos tipos de sociedade empresária.

Art. 1.151. O registro dos atos sujeitos à formalidade exigida no artigo antecedente será requerido pela pessoa obrigada em lei, e, no caso de omissão ou demora, pelo sócio ou qualquer interessado.

§ 1º Os documentos necessários ao registro deverão ser apresentados no prazo de trinta dias, contado da lavratura dos atos respectivos.

§ 2º Requerido além do prazo previsto neste artigo, **o registro somente produzirá efeito a partir da data de sua concessão.**

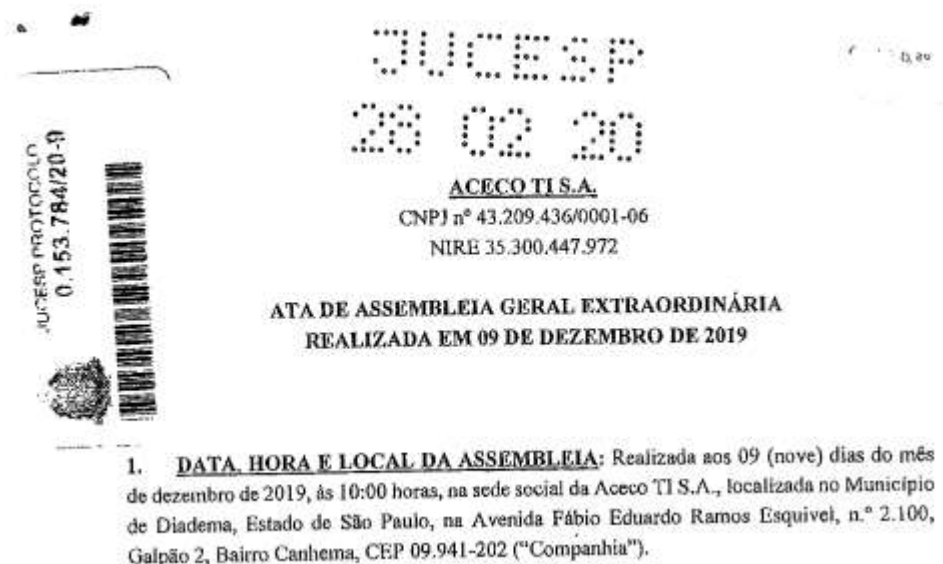
Importa ainda observar que em consulta pelo nome empresarial ACECO perante a JUCESP constam inclusive 2 NIRE's sendo um relativo ao tipo empresarial S.A. e outro Ltda.

The screenshot shows the JUCESP website interface. On the left, there is a sidebar with links: 'Pesquisar no mapa', 'Emitir DARE', 'Utilizar DARE', 'Entenda nossos serviços online', and 'Consultar autenticidade de documentos'. The main area displays the search results for 'Aceco' in the state of São Paulo. It shows 'Resultados 1 - 15 de 25 para o termo 'Aceco' (0,1100 segundos)'. Below this, there are two entries: 'ACECO TI LTDA.' with NIRE 19282138202 and 'ACECO TI S.A.' with NIRE 25380447972. On the right, there is a 'Pesquisa avançada' section with filters for 'por UF da sede' (showing SP 24) and 'por tipo jurídica' (showing Outros 1).

Procedemos a consulta conforme número de protocolo da Assembléia Geral que deliberou pela transformação do tipo Societário de Sociedade por Ações para Sociedade Limitada,



datada de 09/12/2019, e a data do protocolo na Junta Comercial do Estado de São Paulo, cujo resultado da consulta consta o dia 18/02/2020 conforme consulta abaixo:



**JUCESP**  
**28 02 20**  
**ACECO TI S.A.**  
CNPJ nº 43.209.436/0001-06  
NIRE 35.300.447.972

**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**  
**REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2019**

1. **DATA, HORA E LOCAL DA ASSEMBLEIA:** Realizada aos 09 (nove) dias do mês de dezembro de 2019, às 10:00 horas, na sede social da Aceco TI S.A., localizada no Município de Diadema, Estado de São Paulo, na Avenida Fábio Eduardo Ramos Esquivel, n.º 2.100, Galpão 2, Bairro Canhema, CEP 09.941-202 ("Companhia").

Consulta de Andamento de Processos/Serviços	
Nº Protocolo:	0.153.784/20-9 <input type="button" value="Pesquisar"/>
Informações	
Nº Protocolo:	0.153.784/20-9
Tipo de Pedido:	DOCUMENTOS DIVERSOS
Data de Criação:	18/02/2020
N.I.R.E.:	3520213820-7
Razão Social:	ACECO TI LTDA.
Dados do Último Andamento	
Em tramitação interna	
Dados do Despacho	
Descrição : DEFERIDO - Data : 03/03/2020	

Nesses termos, considerando que a data de realização da Assembléia que deliberou sobre a transformação, datada de 09/12/2019, e a data do protocolo constante da consulta realizada perante a JUCESP pelo protocolo constante do documento consta 18/02/2020, aponta para intervalo de tempo superior a 30 (trinta) dias, sendo que neste caso por expressa previsão legal **o registro somente produzirá efeito a partir de sua concessão** que ocorreu apenas aos 28/02/2020.

Assim, para que fossem consideradas válidas e aptas a produzirem seus jurídicos e legais efeitos, a Recorrida indispensavelmente deveria ter apresentado as respectivas publicações do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis tanto no Diário Oficial competente quanto no Jornal de Grande Circulação, os quais não foram apresentados.







## Aceco TI Ltda.

CNPJ/MF nº 43.209.436/0001-06

### Balanco Patrimonial encerrado em 31/12/2019 e 2018 – Retificação

Na publicação das Demonstrações Financeiras encerradas em 31/12/2019 inseridas neste jornal em 18/04/2020, a razão social da Sociedade no título da publicação foi publicada de forma incorreta. Portanto, **onde se lê: "Aceco TI S.A.". O correto é: "Aceco TI Ltda."**.

Permanecem inalterados os demais termos da publicação.

No entanto, importa-nos ressaltar que a matéria tratada na presente peça recursal não se remete a mero erro material na razão social, mas sim no tocante **à não apresentação nos autos do processo licitatório das respectivas publicações do Diário Oficial e do Jornal de Grande Circulação que lhe conferissem eficácia, exigíveis pela legislação aplicável às Sociedades por Ações.**

### A questão é simples e objetiva:

De acordo com a legislação pertinente, deveria ter sido apresentado o comprovante de publicação na imprensa oficial do balanço patrimonial e demonstrações contábeis de forma a conferir-lhe eficácia, não tendo sido apresentado tal documento no certame, a empresa não apresentou seu balanço patrimonial e demonstrações contábeis na forma da lei aplicável conforme exigido no edital.

O documento abaixo relativo à publicação das demonstrações contábeis não foi apresentado no processo licitatório, não podendo ser juntado posteriormente, ensejando, portanto, a inabilitação da Recorrida.

44 - São Paulo, 130 (74)

Diário Oficial Empresarial

Ultima, 18 de abril de 2020

## Aceco TI S.A.

CNPJ/MF nº 43.209.436/0001-06

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Balanco Patrimonial				Demonstrações Dos Fluxos de Caixa – Método Indireto			
Ativo		Passivo e patrimônio líquido		Fluxo de caixa das atividades operacionais		Fluxo de caixa das atividades de investimento	
2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
<b>Ativo</b>				<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
<b>Ativo Circulante</b>				<b>Ativo Circulante</b>			
36.490	46.341	61.848	76.443	33.196	30.324	38.114	61.094
<b>Ativo Não Circulante</b>				<b>Ativo Não Circulante</b>			
7.952	20.851	12.096	35.584	19.018	17.849	27.098	40.088
14.735	14.820	24.053	22.574	–	–	14.214	1.430
2.137	1.468	4.730	1.306	1.335	–	1.335	–
6.898	5.863	15.707	11.672	2.094	5.078	6.539	6.978
416	426	419	430	4.032	9.802	8.034	6.334
2.570	2.813	4.086	6.391	2.128	2.581	2.698	2.474
213.585	184.996	166.719	133.989	1.991	19	2.050	3.824
7.201	9.329	7.525	9.812	82.261	83.278	44.360	55.253
95.810	90.435	75.213	42.964	–	–	–	13.905
70.516	71.230	70.516	71.230	3.871	–	3.871	–
4.567	4.703	4.803	5.130	626	1.817	626	1.817
15.252	896	–	–	11.619	9.836	12.999	9.839
4.919	–	4.919	–	–	–	–	–
3.174	2.690	3.583	3.136	–	–	–	–
2.080	2.703	2.141	2.797	9.995	7.373	2.867	–
258.065	231.337	238.356	212.412	11.540	14.266	23.308	26.119
<b>Demonstrações de Resultado Abrangente</b>				<b>Demonstrações de Resultado Abrangente</b>			
<b>Resultado Abrangente</b>				<b>Resultado Abrangente</b>			
2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
(256.812)	(12.342)	(254.768)	(18.886)	134.818	107.543	134.862	96.085
<b>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</b>				<b>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</b>			
<b>Outros resultados abrangentes</b>				<b>Outros resultados abrangentes</b>			
<b>Resultado no controle das demonstrações contábeis de controladas situadas no exterior</b>				<b>Resultado no controle das demonstrações contábeis de controladas situadas no exterior</b>			
(4.187)	(10.307)	(4.490)	(11.786)	(256.812)	(12.342)	(254.768)	(18.886)
(261.000)	(22.729)	(259.258)	(22.361)	134.818	107.543	134.862	96.085
<b>Resultado líquido do exercício</b>				<b>Resultado líquido do exercício</b>			
<b>Ativos não controladores</b>				<b>Ativos não controladores</b>			
(261.000)	(22.729)	(261.000)	(22.729)	(261.000)	(22.729)	(261.000)	(22.729)
–	–	–	–	–	–	–	–

Por analogia, da mesma forma se a empresa tivesse deixado de apresentar, por exemplo, o Termo de Abertura ou de Encerramento, ou o Recibo de Entrega da Escrituração Contábil Digital, a mesma seria inabilitada. A mesma consequência decorre da não apresentação da publicação das demonstrações contábeis no Diário Oficial e no Jornal de Grande Circulação, que mesmo tendo sido realizadas, não foram apresentadas no processo licitatório.

Assim, resta patente o descumprimento do item 9.10.2. do Edital, que exigia que as demonstrações financeiras do exercício 2019 fossem apresentadas na forma da Lei



6.404/76, onde a Recorrida deveria ter apresentado as respectivas publicações as quais deixou de apresentar. Não podendo juntar posteriormente documentos que deveriam ter sido apresentados no momento do envio dos documentos de habilitação.

Demonstrado o descumprimento do edital, faz-se imperiosa a inabilitação da empresa Recorrida.

## **II.II) DA SUGESTÃO DE REALIZAÇÃO DE DILIGÊNCIA PARA ESCLARECIMENTO DA QUESTÃO:**

Visando bem colaborar com a condução e esclarecimento das questões suscitadas, esta Recorrente sugere que, se assim concordar a douta Pregoeira e ilustres membros integrantes da Equipe de Apoio, deverá ser promovida diligência perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo, bem como perante os Órgãos Promotores dos certames licitatórios dos quais a Recorrida participou e juntou dentre os documentos relativos à qualificação econômico-financeira as respectivas publicações destas demonstrações, para esclarecer ou complementar a instrução do processo, conforme disciplinado no artigo 43, §3º da Lei Federal nº 8.666 de 1.993<sup>1</sup>.

A promoção de diligência é realizada sempre que a comissão julgadora, ou autoridade competente em presidir o certame, se esbarra com alguma dúvida fundada sobre algum fato jurídico, sendo mecanismo necessário para afastar imprecisões e confirmação de dados contidos nas documentações apresentadas pelos participantes do processo licitatório de modo a aplicar efetivamente as regras e exigências constantes do edital.

No entanto, conforme estabelece a própria lei de Licitações no art. 3º § 3º, é vedada a juntada posterior de documentos que deveriam ser apresentados no momento do envio dos documentos de habilitação, como ocorre no presente caso:

**“§ 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.” (Destacamos)**

Deste modo é patente a vedação para inclusão dos documentos que comprovem a publicação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis que deveriam ter sido apresentados obrigatoriamente para atendimento dos requisitos de habilitação, pois do contrário estaria a se retirar toda a formalidade e segurança jurídica inerente ao procedimento licitatório.

E não há que se falar em formalismo exacerbado ou rigorismo desnecessário, pois qualquer alegação nesse sentido faria com que toda inabilitação ocorrida em processos licitatórios anteriores teria se dado de forma exagerada caso se permitisse a juntada extemporânea de documentos que deveriam ter sido apresentados na fase de habilitação das empresas.

---

<sup>1</sup> Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:  
§ 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

Outro ponto que merece destaque se refere à necessidade de realização de diligência, que deve ser realizada sempre que necessária, Acerca da matéria, Marçal Justen Filho leciona com brilhantismo e clareza nos seguintes termos:

*“A realização da diligência não é uma simples “faculdade” da Administração, a ser exercitada segundo juízo de conveniência e oportunidade. A relevância dos interesses envolvidos conduz à configuração da diligência como um poder-dever da autoridade julgadora. Se houver dúvida ou controvérsia sobre fatos relevantes para a decisão, reputando-se insuficiente a documentação apresentada, é dever da autoridade julgadora adotar as providências apropriadas para esclarecer os fatos. Se a dúvida for sanável por meio de diligência será obrigatória a sua realização.” (Marçal Justen Filho, Comentários à Lei de Licitação e Contratos Administrativos, 16ª ed, Revista dos Tribunais, São Paulo, 2014, pág. 804.)*

### **II.III) DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO:**

O princípio da vinculação ao instrumento convocatório possui extrema relevância, na medida em que vincula não só a Administração, como também os administrados às regras nele estipuladas.

Além das disposições legais aplicáveis num procedimento licitatório, a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha essencialmente vinculada (art 41 da Lei n. 8.666/93).

Pela leitura da presente peça recursal, resta demonstrado que a não apresentação na licitação das publicações do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis que lhe conferiam eficácia, implicou no não atendimento à exigência contida no item 9.10.2. do Edital, que exigia que o balanço patrimonial e demonstrações contábeis fossem apresentados na forma da lei aplicável.

Considerando que a documentação apresentada não atendeu aos requisitos exigidos pela licitação para que tal documentação fosse hábil a comprovar a qualificação econômico-financeira da Recorrida, e por não ter atendido às regras e exigências impostas pelo edital, a mesma não atendeu aos objetivos traçados pela Administração Pública.

Portanto, se trata de inequívoco descumprimento aos termos do edital devendo culminar com a **sua INABILITAÇÃO, conforme precedentes sobre o tema:**

**AGRAVO DE INSTRUMENTO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. INABILITAÇÃO. REQUISITOS DO EDITAL. INOBSERVÂNCIA. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO. 1. O edital é a lei interna do procedimento licitatório, não pode ser descumprido pela Administração e deve ser observado por todos os licitantes, para que concorram em igualdade de condições. 2. In casu, a parte agravante, para a comprovação da capacidade técnica-operacional, apresentou atestados (fls.**



216/220) em nome da empresa \*\* com quantitativos insuficientes, bem como atestados em nome da empresa \*\*, não participante do consórcio recorrente, o qual é constituído apenas pelas empresas \*\*\*. 3. **O descumprimento das cláusulas constantes no edital conduz à inabilitação da licitante, pois, do contrário, estar-se-iam afrontando os princípios norteadores da licitação, expressos no art. 3º da Lei 8.666 /93.** AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO. (Agravado de Instrumento Nº 70077112092, Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: João Barcelos de Souza Junior, Julgado em 29/08/2018).

Motivo que deve culminar em sua imediata inabilitação.

### III – DOS PEDIDOS:

Nesses termos, face a todo o exposto, requer a Recorrente o conhecimento e admissibilidade do presente recurso, para que no mérito seja julgado totalmente procedente haja vista que a empresa Recorrida não apresentou dentre os documentos de habilitação as respectivas publicações do Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis publicadas no Diário Oficial competente e no Jornal de Grande Circulação, que lhe conferissem eficácia na forma da lei, descumprindo assim às exigências impostas pela Lei 6.404/76 aplicável às Sociedades por Ações que era o tipo societário adotado pela empresa na data do encerramento do Balanço Patrimonial.

Deste modo não foi atendido o disposto no art. 31, I da Lei 8.666/93 aplicada subsidiariamente ao presente processo e expressamente previsto no item 9.10.2. do Edital que rege o certame.

Por todo o exposto e do mais que certamente será suprido pela sapiente intervenção desta douta Pregoeira e Equipe de Apoio deve ser reformada a decisão que considerou vencedora do certame a empresa Aceco TI Ltda por não ter atendido às exigências contidas no instrumento convocatório.

Ribeirão Preto – SP, 18 de setembro de 2020.

ROBERTO  
GUIMARAES  
CAMPOS:532765741  
87

Assinado de forma digital  
por ROBERTO GUIMARAES  
CAMPOS:53276574187  
Dados: 2020.09.18 18:10:39  
-03'00'

**LCSTECH COMERCIAL LTDA.**